

Título: Ordenamento territorial e impactos ambientais na Restinga de Massambaba, em Arraial do Cabo, Região dos Lagos (RJ)

Autor(es) Rafael da Silva Deslandes

E-mail para contato: rsdeslandes@yahoo.com.br

IES: UNESA

Palavra(s) Chave(s): Restinga, Massambaba, Ordenamento Territorial, Impactos Ambientais, Gerenciamento Costeiro

RESUMO

As restingas são ecossistemas costeiros compostos por cordões arenosos, dunas, depressões e vegetação litorânea. A sua ocupação deve ser planejada por políticas públicas específicas e instrumentos de gestão, tais como planos diretores e zoneamento ambiental. Porém, historicamente, as restingas têm sido ocupadas de forma desordenada, o que têm acarretado consideráveis reduções de sua cobertura vegetal original, extinção de espécies endêmicas, erosão, assoreamento e poluição dos corpos hídricos e lençóis freáticos. A proximidade com o mar e muitas vezes com lagoas, faz desse ambiente um atrativo para o turismo, esporte, lazer e para a expansão da especulação imobiliária. A restinga da Massambaba está localizada no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, inserida nos municípios de Saquarema, Araruama e Arraial do Cabo, que fazem parte da Região dos Lagos, um dos principais destinos turísticos do sudeste brasileiro. As características físicas e climáticas desse ambiente configuram atrativos que proporcionaram o desenvolvimento das atividades da indústria salineira a partir de 1889 e do turismo de veraneio a partir da década de 70, do século passado, na faixa de restinga localizada entre a margem sul da lagoa de Araruama e o oceano Atlântico. Para o desenvolvimento desse estudo, foi considerado como recorte espacial, o segmento territorial da restinga de Massambaba inserida no município de Arraial do Cabo, onde são observados os maiores impactos ambientais decorrentes da ocupação desordenada. O objetivo geral da pesquisa foi traçar um diagnóstico da estruturação do espaço atual desse ambiente, através da análise das etapas do processo histórico de ocupação, das políticas públicas e das transformações ambientais gerados pela construção dos núcleos urbanos, a partir da segunda metade do Século XX, período em que se inicia a consolidação do turismo de veraneio na restinga. No processo de construção metodológica, se fez necessário inicialmente, identificar o conjunto de legislação, responsável pelo ordenamento do território através da regulação da ocupação e uso do solo. Em seguida, foram levantados todos os núcleos urbanos inseridos na área de estudo e esses descritos e analisados levando em conta as seguintes características: Localização e origem, processo, forma, função, estrutura e transformações ambientais. Os resultados da análise e da descrição geraram uma tabela de síntese e um mapeamento da ocupação com os usos do solo e a identificação de áreas de suas expansões, bem como os principais impactos ambientais, onde se pode destacar o desmatamento, terraplanagem de dunas e cordão arenoso e o crescimento desordenado em área irregular, observados em quase todos os núcleos urbanos. Através da interpretação final dos dados, tornou-se possível identificar a influência das políticas públicas na construção desses modelos e os resultados do ordenamento e/ou do não ordenamento no espaço ocupado e no meio ambiente. Assim, é possível afirmar que o ordenamento territorial foi mais eficaz ocasionando a melhor relação entre crescimento urbano e conservação do ecossistema natural nos núcleos urbanos Pernambuco, Recanto Villagio, Caiçara, Sabia, Novo Arraial, que estão inseridos no zoneamento da APA de Massambaba. Da mesma forma, é possível afirmar que nos núcleos Figueira, Parque das Garças e Monte Alto, o modelo de ocupação não obedeceu nenhum ordenamento regular e conseqüente se observa nessas localidades os maiores índices de ocupação irregular e degradação da restinga. Conclui-se ainda que, de uma maneira geral, o segmento da restinga inserido em arraial do Cabo, o gerenciamento do espaço costeiro, de responsabilidade do Estado, foi ineficiente, devido ao alto grau de degradação do ecossistema causado pela ocupação desordenada. Assim, ajustes na gestão desse espaço, deveriam ser inseridos no plano diretor do Parque Estadual Costa do Sol, em construção há dois anos, que terá como principal finalidade o planejamento e a gestão do desenvolvimento urbano e da conservação ambiental da zona costeira de toda a baixada litorânea fluminense.